

## **LEI ORDINÁRIA Nº 758**

*de 18 de janeiro de 2010*

**"Dispõe sobre a instituição de verba indenizatória, para manutenção e apoio a gabinete e dá outras providências".**

*O Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e consoante as disposições da Constituição Federal, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e a Presidência promulga a seguinte LEI.*

### **Art. 1º..**

*Fica criada verba de indenização em função do exercício Parlamentar, com base no ato da mesa da Câmara Deputados Federais nº 62 de 05/04/2001 e no PARECER C nº 00/0006/2009 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.*

### **Art. 2º..**

*Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a conceder Verba Indenizatória, destinada a manutenção das atividades de gabinete em conjunto com as ações parlamentares de cada vereador.*

### **Parágrafo único. .**

*Todos os vereadores terão direito à verba de igual valor.*

### **Art. 3º..**

*A verba Indenizatória será concedida mediante solicitação de ressarcimento dirigida à Comissão de Controle de Verba indenizatória, instruída com a necessária documentação fiscal comprobatória da despesa, devidamente atestada pelo vereador solicitante.*

**1°.**

*O saldo da Verba Indenizatória, não utilizada ficará acumulado para o mês seguinte, dentro de cada trimestre.*

**2°.**

*Para o disposto no parágrafo anterior, serão considerados exclusivamente os trimestres que tem início em 1° de janeiro, 1° de abril, 1° de julho e 1° de outubro de cada ano.*

**Art. 4°..**

*A concessão da verba fica condicionada a disponibilidade de recursos e a aplicação será feita consoante legislação pertinente.*

**Art. 5°..**

*O valor da verba indenizatória e sua forma de aplicação serão regulamentados através de resolução, com os procedimentos para pagamento.*

**Parágrafo único. .**

*Somente caberá ressarcimento daquelas despesas pagas pelo Vereador relativas a:*

**I.**

*Reparos de avarias mecânicas, manutenção e conservação, bem como a aquisição de combustível e lubrificantes, para o veículo do Vereador, desde que inviável o uso do veículo de representação da Câmara;*

**II.**

*Extração de cópias reprográficas digitais e similares;*

**III.**

*Aquisição de livros, assinaturas de jornais, revistas, softwares e serviço de provedor de internet para projeções do Gabinete do Vereador;*

#### **IV.**

*Contratação de pessoa física, desde que seja profissional liberal, ou de pessoa jurídica, para prestação de assessoria contábil e de auditoria, para fim de apoio ao exercício do mandato parlamentar, tais como: assessoria, pesquisa sócio-econômica ou de opinião pública, trabalhos técnicos, jurídicos, bem como outros serviços que guardem relação com o exercício do mandato;*

#### **V.**

*Despesas com ligações pelo uso de telefonia fixa e móvel, cujos aparelhos sejam de propriedade do Vereador;*

#### **VI.**

*Aluguel de imóvel destinado a instalação de escritório de apoio a atividade Parlamentar, despesas ordinárias de condomínio, IPTU, água, telefone e energia elétrica, concernentes a esse imóvel, material de escritório, impressos e outros materiais de consumo, locação de móveis e equipamentos;*

#### **VII.**

*Divulgação do mandato parlamentar na mídia impressa, televisiva e de radiodifusão;*

#### **VIII.**

*Inscrição dos Vereadores em cursos, palestras, seminários, simpósios e congressos;*

#### **IX.**

*Despesas efetuadas com expedição de cartas, telegramas e material gráfico;*

#### **Art. 6º..**

*Para ocorrer às despesas decorrentes desta resolução serão utilizados os recursos constantes nas dotações orçamentárias da Câmara Municipal, suplementadas, se necessário, até os limites da legislação pertinente.*

## **Art. 7º..**

*A verba Indenizatória autorizada nesta lei será paga com os recursos financeiros repassados ao Poder Legislativo mensalmente, conforme determina os arts. 29-A e 168, ambos da Constituição Federal.*

## **Art. 8º..**

*O Parlamentar titular do mandato perderá o direito a Verba Indenizatória quando:*

### **I.**

*Licenciado do cargo para tratar de assuntos particulares.*

### **II.**

*O respectivo Suplente estiver em exercício do mandato.*

## **Art. 9º.**

*Esta lei deverá ser regulamentada através de resolução, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.*

## **Parágrafo único. .**

*O regulamento a que se refere este artigo incluirá os valores e os procedimentos a serem observados para o pagamento das Verbas.*

## **Art. 10.**

*Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Câmara Municipal de Chapadão do Sul - MS, 18 de janeiro de 2010.*

**EDUARDO BELOTTI**Presidente

---

*Lei Ordinária Nº 758/2010 - 18 de janeiro de 2010*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*